

SUMÁRIO

1. Introdução	13
2. As ramificações da proteção à liberdade.	15
2.1. <i>O interdictum de libero homine exhibendo</i> . Expressões sobre a liberdade em Roma.	16
2.1.2 <i>A Magna Chartum Libertatum</i> de 1215.	18
2.1.3 <i>O Habeas Corpus Act</i> de 1679.	22
2.1.4. Os instrumentos e expressões menos conhecidos. <i>A manifestación de personas</i> e o direito espanhol.	25
2.2. O surgimento no Brasil e a evolução da proteção a liberdade. A fiança, as cartas de seguro e o Brasil Colônia.	29
2.2.1. O decreto de 23 de maio de 1821.	31
2.2.2. A Constituição Política do Imperio do Brazil de 25 de março de 1824.	32
2.2.3. O Código Criminal do Império de 1830 e o Código de Processo Criminal de Primeira Instância de 1832. As primeiras menções ao <i>habeas corpus</i> na legislação brasileira.	32
2.2.4. A Lei 2.033 de 20 de setembro de 1871.	35
2.2.5. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891 e a doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> .	37
2.2.6. A Reforma de 1926 e a Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926.	41
2.2.7. A Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 16 de Julho de 1934.	43
2.2.8. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de Novembro de 1937. O surgimento do termo <i>iminência</i> .	44
2.2.9. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946.	48
2.2.10. A década de 1960, o AI 5 e o AI 6. A ditadura militar e a Constituição de 1967.	49

2.2.11. A redemocratização e a CF de 88.	54
2.2.12. Gratuidade na CF 88 – art. 5º, LXXVII e art. 61§1º, I do Regimento Interno do STF.....	55
3. Origem etimológica, natureza jurídica e cognição no <i>habeas corpus</i>.	57
3.1. A origem etimológica dos termos <i>habeas corpus</i>	57
3.1.2. <i>Habeas Corpus, Habeas-Corpus, habeas corpus</i> ou <i>habeas-corporis</i> ? Qual a redação adequada?	58
3.2. A natureza jurídica e a conceituação do <i>habeas corpus</i> . Uma ação autônoma de impugnação. As diferenças entre a ação e os recursos.....	59
3.2.1. A posição do <i>habeas corpus</i> no ordenamento jurídico brasileiro e a equivocada organização topográfica (Livro III – Nulidades e recursos em geral).....	64
3.2.2. As espécies de <i>habeas corpus</i> no passado e suas possíveis indicações do pensamento da época. A apresentação física do detido.....	64
3.2.3. As espécies de <i>habeas corpus</i> na contemporaneidade: preventivo e liberatório. A expressão “iminência de sofrer violência no CPP” e o cotejo com a CF/88.....	68
3.3. A cognição no <i>habeas corpus</i> e a dilação probatória. O uso indevido da cognição sumária como justificativa para barrar e não conhecer das ações constitucionais e mitigar preceitos fundamentais. A jurisprudência defensiva.	72
4. Técnica e estruturação do <i>habeas corpus</i> (objeto, cabimento, estrutura, requisitos, procedimento e afins).	79
4.1. O objeto do <i>habeas corpus</i> – Art. 5º, inciso LXVIII, e art. 142, § 2º, da CF/88 e o art. 647 do CPP. O alcance da ação e as punições disciplinares militares.	79
4.2. Sobre o cabimento – arts. 647 e 648 do CPP - e a <i>justa causa</i> para a coação. ...	82
4.3. A estrutura do <i>habeas corpus</i> . Capacidade postulatória, requisitos da inicial, termos comuns e componentes da petição.	89
4.4. O procedimento do <i>habeas corpus</i> . Arts. 649 a 667 do CPP.	96
4.4.1. A competência, o princípio da hierarquia e o princípio da territorialidade. A correção do endereçamento (Arts. 649 e 650, § 1º, do CPP/41).....	96
4.4.2. A competência do Supremo Tribunal Federal.....	99

4.4.3. A competência do Superior Tribunal de Justiça.....	100
4.4.4. A competência do Superior Tribunal Militar e do Tribunal Superior Eleitoral.....	103
4.4.5. A competência dos Tribunais Estaduais e Regionais.....	105
4.4.6. A competência dos juízes de primeira instância.	107
4.4.7. A competência polêmica dos Juizados Especiais Criminais e das Turmas Recursais. A fase preliminar, o procedimento sumaríssimo e as Turmas Recursais.	109
4.5. A liminar no <i>habeas corpus</i>	113
4.5.1. O surgimento da liminar.....	114
4.5.2. A natureza jurídica da liminar.....	116
4.5.3. Requisitos da liminar. <i>Fumus boni iuris e periculum in mora?</i> A verossimilhança da ilegalidade e o perigo de dano na demora.....	118
4.5.4. O uso estratégico e coerente da liminar.....	120
4.5.5. A Súmula 691 do STF. Uma restrição a ser superada.....	125
4.6. A apresentação do detido e o art. 656 do CPP.....	126
4.7. A requisição de informações e o art. 662 do CPP.	128
4.8. A questão probatória em sede de <i>habeas corpus</i> . O ônus da prova e o <i>in dubio pro reo</i>	129
4.9. A (des)necessidade da intervenção do MP. A admissão do querelante, do <i>amicus curiae</i> e do assistente do MP.	131
4.10. A decisão de mérito do <i>habeas corpus</i>	133
4.11. A intimação para a sustentação oral em <i>habeas corpus</i> e a necessidade de superação da Súmula 431 do STF. A necessidade de revisão.....	134
4.12. A impossibilidade de contradição entre a decisão do <i>habeas corpus</i> e os procedimentos criminais – o art. 651 do CPP.	136
5. A possibilidade do recurso ordinário em decisões denegatórias ou de não conhecimento do <i>habeas corpus</i>.....	137
5.1. Cabimento, competência e prazo para interposição.....	137
5.2. A legitimidade e a desnecessidade da procuração e do preparo.	139
5.3. O efeito devolutivo, a desnecessidade de repercussão geral ou prequestionamento e o procedimento.....	140

5.4.	Impetrar novo <i>habeas corpus</i> ou interpor recurso ordinário? A limitação da ação como substitutiva de recursos e a interposição simultânea com o RHC.....	141
6.	O <i>habeas corpus</i> como instrumento de ataque colateral. A violação mediata à liberdade e o <i>collateral attack</i>.	144
7.	Considerações finais.	146
	REFERÊNCIAS	149